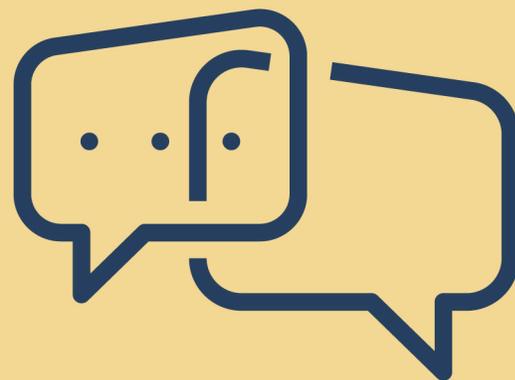


O QUE ESCUTAMOS:

**PESQUISA COM
ORGANIZAÇÕES
FEMINISTAS DA AMÉRICA
LATINA SOBRE SUA
RELAÇÃO COM OS
PARLAMENTOS**





O ParlAmericas é a instituição que promove a diplomacia parlamentar no sistema interamericano. Ele é composto pelas 35 legislaturas nacionais das Américas do Norte, Central e do Sul e Caribe, e tem como objetivo promover diálogo político cooperativo e facilitar o intercâmbio de boas práticas parlamentares, produzindo recursos adaptados para oferecer apoio a parlamentares em seu trabalho. A Secretaria Internacional do ParlAmericas está localizada em Ottawa, Canadá.



Esta publicação só foi possível graças ao apoio financeiro do Governo do Canadá por meio do seu Ministério de Relações Exteriores.

Publicado em abril de 2023.

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO.....	4
ANTECEDENTES E OBJETIVOS.....	6
Objetivo da pesquisa.....	6
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	6
Elaboração da amostra e distribuição da pesquisa.....	6
Limitações da pesquisa.....	7
RESULTADOS DA PESQUISA	8
Perfis das pessoas pesquisadas.....	8
Relação com os parlamentos	13
Barreiras à participação	17
Oportunidades para o futuro	21
Agradecimientos	22
ANEXO.....	24



RESUMO EXECUTIVO

As organizações da sociedade civil e os parlamentos têm um papel vital e interdependente para alcançar a igualdade de gênero na América Latina. Porém, a natureza da relação entre estes não é suficientemente explorada. Um melhor entendimento sobre os níveis de participação das organizações feministas¹ nos assuntos parlamentares, assim como das percepções que têm dos processos legislativos e as oportunidades que estes fornecem para seu envolvimento e incidência, pode informar iniciativas para articular esforços e ações conjuntas, e, por fim, propiciar o alcance de objetivos compartilhados em torno da agenda de igualdade de gênero.

Este relatório apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pelo ParlAmericas no segundo semestre de 2022 sobre o relacionamento das organizações feministas com as legislaturas nacionais, em que 153 pessoas participaram representando 144 organizações que trabalham com questões de igualdade de gênero em 17 países da América Latina. Elas forneceram informações esclarecedoras e compartilharam suas opiniões sobre o estado atual dos esforços das organizações feministas na região para se envolverem com seus parlamentos, suas estratégias e objetivos políticos, e os desafios que enfrentam.

Os resultados mostram que pessoas que participaram da pesquisa veem valor no fortalecimento da relação com os parlamentos, bem como na ação legislativa como ferramenta para alcançarem seus objetivos. Entretanto, identificaram inúmeras e diversas barreiras que enfrentam para estabelecerem um relacionamento eficaz com os parlamentos. Destacaram a falta de abertura ou mecanismos de participação cidadã promovidos pelas legislaturas, o ambiente político hostil em relação às questões sobre as quais as organizações se concentram, e a existência de obstáculos burocráticos. No entanto, as respostas também revelam estratégias de defesa que as organizações têm empregado, com diferentes graus de sucesso, para articularem seu trabalho com o setor legislativo.

Em termos de agendas temáticas, a pesquisa lança luz sobre os temas que as organizações feministas trabalham. Verifica-se que há uma grande variedade temática, mas se destaca que a enorme maioria inclui a abordagem da violência de gênero como parte de seu trabalho, e é também a questão sobre a qual o maior número de organizações relatou ter interagido com o parlamento. Por outro lado, um número considerável de pessoas entrevistadas mencionou que sua organização, além de abordar questões tradicionalmente associadas à agenda da igualdade de gênero, promoveu iniciativas sobre participação cidadã, prestação de contas, transparência e/ou ética. Isto poderia ser uma indicação da oportunidade que a abordagem de Parlamento Aberto poderia implicar para as organizações feministas na América Latina, considerando-se os avanços neste paradigma nesta região em particular.

Ao analisar as formas de influenciar o processo de tomada de decisões legislativas, um grande número de pessoas entrevistadas indicou que havia participado de manifestações diante do parlamento, sugerindo que

¹ O termo "organizações feministas" é usado neste documento para identificar organizações não governamentais que são lideradas por mulheres e outras populações marginalizadas e/ou trabalham a partir de uma perspectiva feminista/especializada em questões de igualdade de gênero.

eles consideram que mobilizar e criar visibilidade na agenda pública pode ser fundamental para colocar um tema na agenda legislativa.

Em termos de oportunidades para fortalecer a interação entre organizações e parlamentos, a maioria indicou que suas organizações consideram que se beneficiariam da criação de redes para o intercâmbio de estratégias e iniciativas que têm sido eficazes na interação com os parlamentos, bem como do fortalecimento das capacidades e ferramentas para posicionarem temas na agenda legislativa.

Por isso, o ParlAmericas pretende, com base nos resultados desta pesquisa, elaborar futuros workshops e capacitações para o ParlAmericas e organizações parceiras, que sejam sensíveis às necessidades e interesses das mulheres e das populações marginalizadas que procuram melhorar sua interação com os parlamentos e a eficácia de suas estratégias para atingirem seus objetivos.



ANTECEDENTES E OBJETIVOS

Objetivo da pesquisa

Entre agosto e novembro de 2022, o ParlAmericas realizou uma consulta com organizações feministas que operam na América Latina por meio de uma pesquisa virtual. O objetivo era coletar dados regionais que fornecessem informações sobre as interações da sociedade civil com os parlamentos, especialmente em temas relativos a questões de igualdade de gênero.

Os principais objetivos foram:

- 1) Compreender melhor o nível de relação/interação que as organizações feministas da América Latina têm com os processos legislativos e com as e os parlamentares, para que se avance em seus objetivos de igualdade de gênero.
- 2) Informar os workshops e capacitações futuras do ParlAmericas e organizações sociais, de tal maneira que sejam sensíveis às necessidades e interesses das mulheres e povos marginalizados que buscam melhorar sua interação com os parlamentos, e a efetividade de suas estratégias para alcançar suas metas.



METODOLOGIA DA PESQUISA

Elaboração da amostra e distribuição da pesquisa

A pesquisa foi feita por meio de um questionário online, que também era acessível em formato móvel (ver [Anexo A](#) para obter uma cópia do questionário completo).

O ParlAmericas começou a coletar respostas em agosto de 2022, e a pesquisa ficou aberta até novembro de 2022.

As e os participantes elegíveis para a pesquisa eram indivíduos associados a uma ou mais organizações feministas na América Latina, seja como membro, empregado ou voluntário. Para o propósito desta consulta, o termo "organizações feministas" é usado para identificar organizações não governamentais, lideradas por mulheres ou outras populações marginalizadas, e/ou que trabalham a partir de uma perspectiva feminista/especialista em questões de igualdade de gênero. Os dados das e dos participantes que não se enquadravam nesses critérios foram excluídos da análise.

A fim de coletar informações do maior número possível de pessoas entrevistadas que atendem aos critérios descritos acima, o ParlAmericas mapeou inicialmente as organizações que trabalham pela igualdade de gênero na região. Com estas informações, foram estabelecidas comunicações diretas com as organizações via e-mail para convidá-las a participar da pesquisa. Além disso, o ParlAmericas utilizou redes e contatos regionais - incluindo escritórios e organizações regionais e internacionais - para identificar atores-chave

e para apoiar a disseminação da pesquisa. A promoção e divulgação da mesma foi feita por meio das redes sociais, incluindo Facebook, Twitter e LinkedIn. Da mesma forma, a mesma pesquisa foi realizada individualmente e frente a frente com representantes de organizações feministas durante a XV Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe, organizada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, com o apoio da ONU Mulheres, realizada em Buenos Aires, Argentina, de 7 a 11 de novembro de 2022.

As pessoas pesquisadas foram informadas sobre o processo e sobre a possibilidade de indicar seu desejo de que suas respostas individuais permanecessem anônimas e confidenciais, não podendo ser publicadas. Isto foi feito para promover um ambiente ancorado na participação confidencial, no qual as pessoas se sentiram seguras para compartilharem informações, experiências e opiniões profissionais e pessoais potencialmente sensíveis.

Limitações da pesquisa

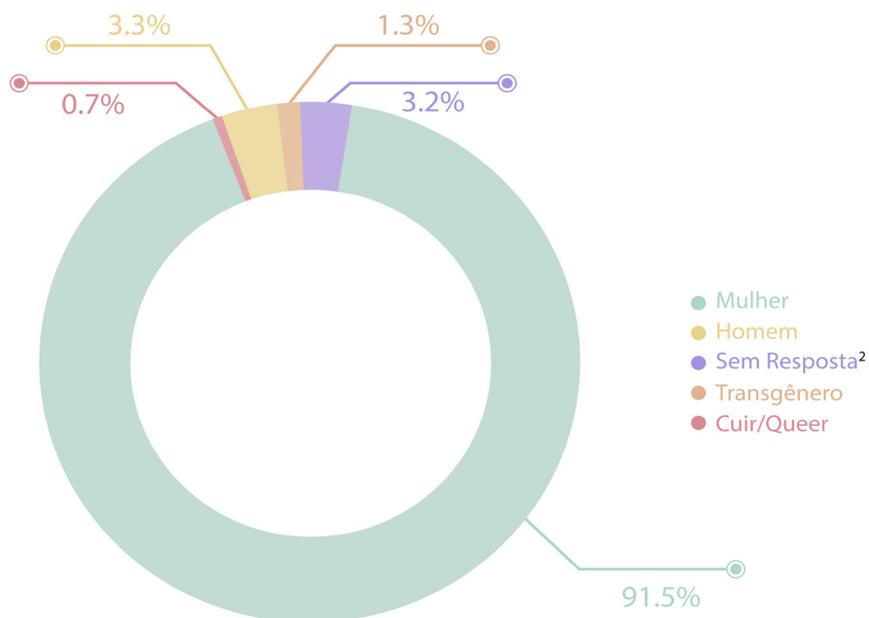
O ParlAmericas reconhece que o universo de pessoas pesquisadas não constitui uma amostra completa ou representativa da população de organizações feministas na América Latina. As bases de dados de indivíduos e organizações coletadas foram robustas, mas não exaustivas. Além disso, a natureza amplamente virtual da pesquisa significou que as organizações da região com exposição limitada ou sem acesso à Internet não estavam representadas na coleta de dados. Da mesma forma, é possível que a decisão de participar da pesquisa reflita uma representação excessiva de organizações que já estão interessadas no trabalho legislativo e/ou já se envolvem com os parlamentos. A diversidade dentro dos movimentos feministas é reconhecida e, como tal, estas descobertas fornecem um retrato das visões, experiências e desafios de algumas organizações feministas, não um quadro completo e abrangente. As tendências observadas e emergentes da análise de dados servirão como referências para facilitarem um maior e melhor debate sobre as práticas de relacionamento entre as organizações feministas na América Latina e seus parlamentos.

Para solicitar mais informações sobre o trabalho do ParlAmericas sobre este tema, por favor visite www.parlamericas.org ou fale conosco pelo e-mail info@parlamericas.org.



RESULTADOS DA PESQUISA

Perfis das pessoas pesquisadas



As pessoas pesquisadas ocupam uma variedade de cargos e funções nas organizações identificadas, como:

Presidenta(e) | Vice-presidenta(e) | Fundador/a | Diretor/a Executiva(o) | Diretor/a Integrante | Secretária(o) | Coordenador/a | Assessor/a

Alcance Geográfico



2 Neste ponto cabe mencionar que a pergunta do questionário pelo gênero referia o gênero auto-percebido e foi incluída com caráter opcional, razão pela qual as pessoas entrevistadas podiam completar a pesquisa sem estar obrigadas a responder sobre seu gênero.

A pesquisa foi completada por **153 pessoas** que preenchem os critérios delineados e eram filiadas a **144 organizações feministas** em **17 países**: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Vale ressaltar que 16% das organizações pesquisadas trabalham no âmbito regional (com iniciativas em dois ou mais países da região).

Um dos aspectos a ter em mente sobre a realidade das organizações feministas na América Latina é que muitas delas trabalham não apenas em ambientes urbanos, mas também em áreas rurais, acompanhando mulheres rurais e indígenas e outras populações historicamente excluídas. Muitas delas são marginalizadas do processo decisório por não poderem participar das discussões parlamentares, seja devido às distâncias e à vastidão dos territórios de muitos dos países da região, seja devido a outras dificuldades de viagem, como os altos custos ou a falta de infraestrutura para facilitar o transporte acessível. Aqui vale mencionar que 23% das pessoas entrevistadas identificaram barreiras geográficas como obstáculos ao seu envolvimento com o parlamento (ver Figura 5, na seção sobre barreiras à participação). Muitos propuseram, por meio de suas respostas a perguntas abertas, que mesas de trabalho e diálogos deveriam ser mais descentralizados e ancorados nos territórios.

“Consideramos que a perspectiva indígena não é incluída na tomada de decisões. As vozes das pessoas da comunidade não são ouvidas.”

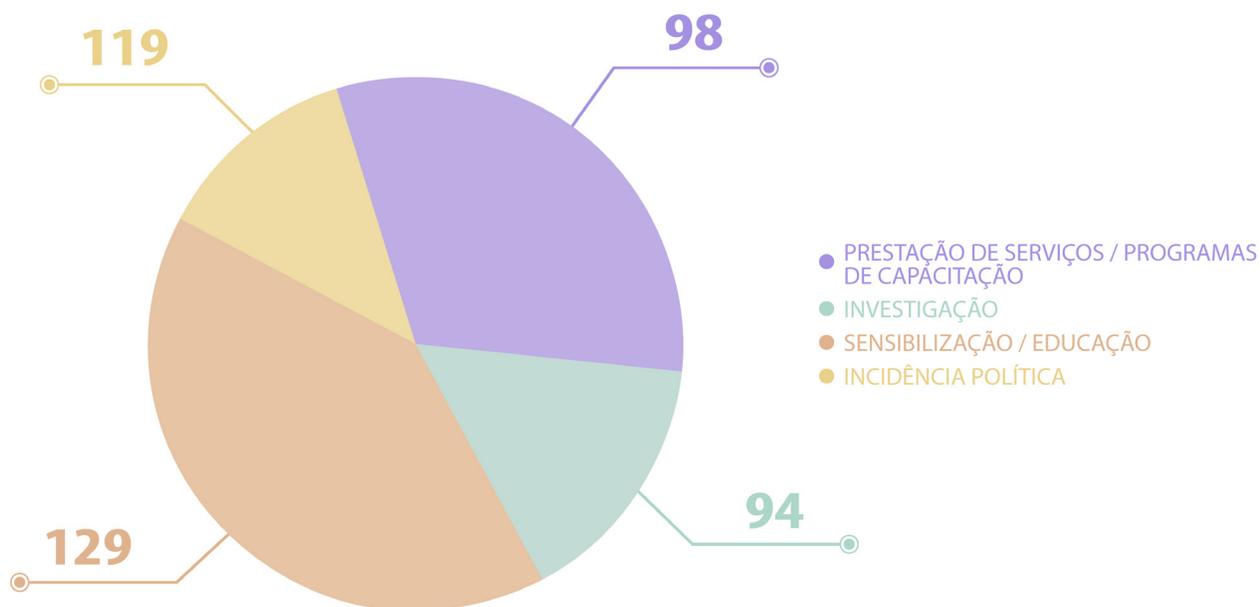
- Pessoa entrevistada

Número de respostas por país			
23	REGIONAL (América Latina)	5	Perú
20	Argentina	5	Panamá
14	Costa Rica	5	El Salvador
13	Honduras	5	Chile
9	Venezuela	5	Bolívia
9	Equador	4	Paraguai
8	República Dominicana	2	Uruguai
7	Colômbia	2	Guatemala
6	México	2	Brasil

Enfoque organizacional

A respeito dos tipos de atividades desenvolvidas por suas organizações, 129 das pessoas entrevistadas responderam “Sensibilização / Educação”, 119 “Incidência política”, 98 “Prestação de serviços / Programas de capacitação” e 94 com “Investigação” (ver Figura 1). Evidencia-se que a maioria das organizações realizam mais de uma atividade em simultâneo.

Figura 1. Principais atividades da organização

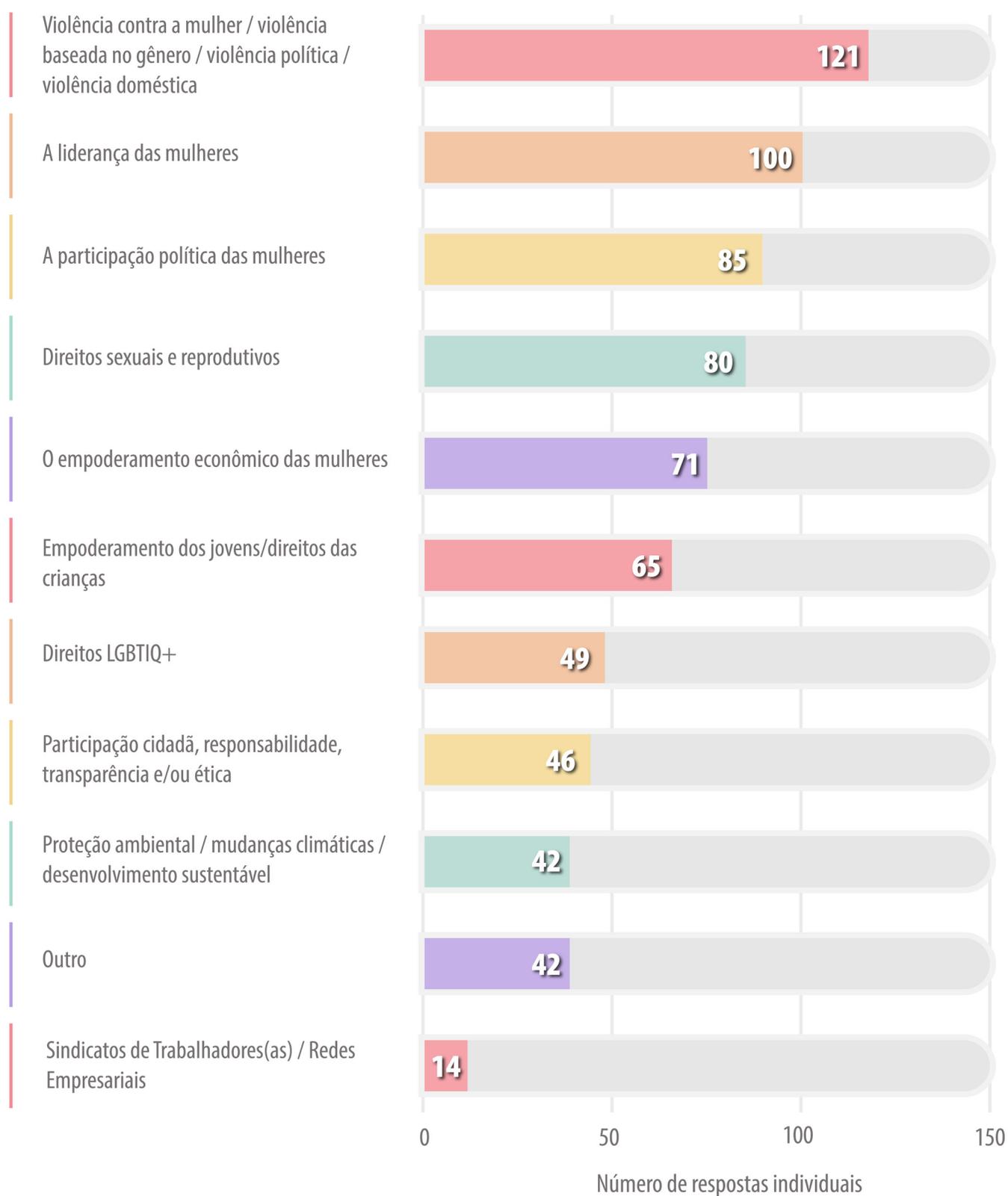


Áreas temáticas das organizações

No que diz respeito às áreas de trabalho das organizações, as respostas evidenciaram uma ampla diversidade de temas dentro da agenda de igualdade de gênero (ver Figura 2). Porém, destaca-se que a maioria tem a abordagem das violências por motivos de gênero como parte central do seu trabalho.

Outro fato notável é que 30% dos entrevistados mencionaram que sua organização, além de abordar questões tradicionalmente associadas à agenda da igualdade de gênero, tem promovido iniciativas nas áreas da participação cidadã, prestação de contas, transparência e/ou ética. Isto poderia apontar áreas de oportunidades a serem exploradas pelos parlamentos e as organizações feministas de forma colaborativa, por meio da abordagem de Parlamento Aberto, especialmente considerando o progresso substantivo que este paradigma tem feito no âmbito regional (veja abaixo a seção "Parlamento Aberto na América Latina: oportunidades e desafios").

Figura 2. Áreas temáticas

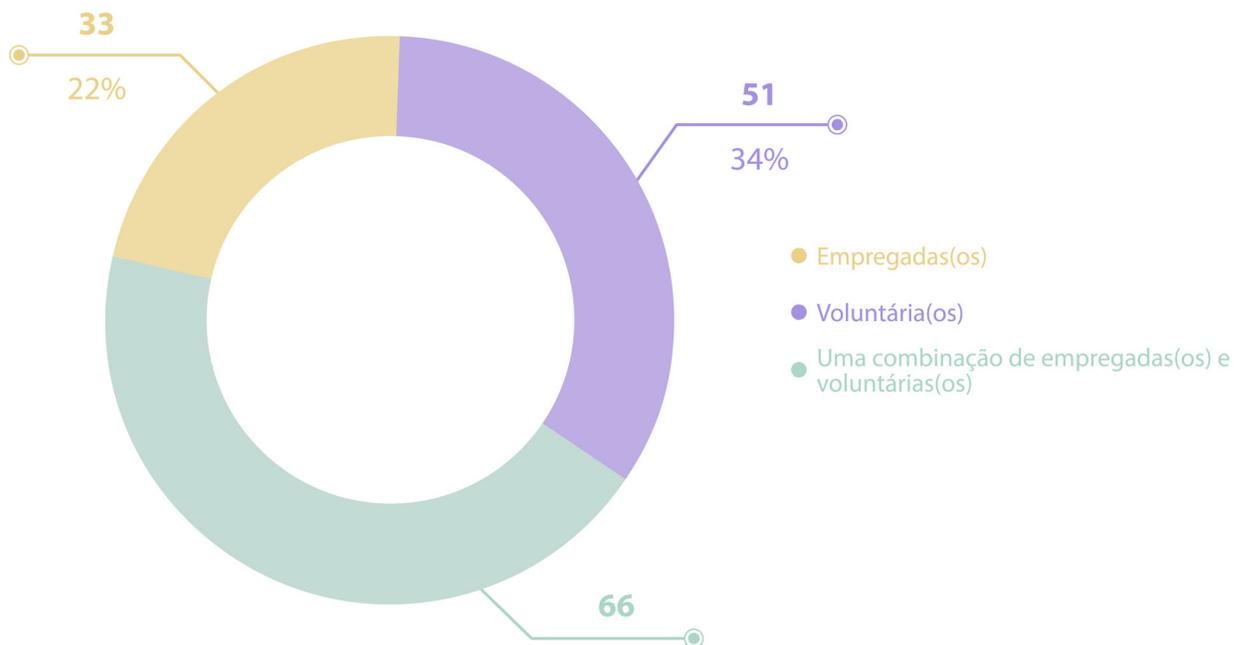


Os dados sugerem que, embora as organizações se concentrem em múltiplas áreas temáticas, seu trabalho está intrinsecamente relacionado ao enfrentamento da violência baseada no gênero. Isto é consistente com as organizações de mulheres que trabalham no Caribe, para as quais essa questão também é uma grande prioridade, de acordo com um relatório semelhante do ParlAmericas baseado em uma pesquisa das organizações de mulheres no Caribe anglófono³. Estes dados mostram que a erradicação da violência baseada no gênero, em seus diferentes tipos e modalidades, é uma das principais preocupações das organizações feministas no âmbito regional.

Estrutura organizacional

Como se observa mais adiante (ver Figura 3), uma grande parte das pessoas pesquisadas menciona que as atividades da sua organização são realizadas por uma combinação de empregadas/os e voluntárias/os (44% - 66/153), seguido por voluntárias/os apenas (34% - 51/153), e finalmente somente por empregadas/os (22% - 33/153).

Figura 3. Estrutura Trabalhista



Os dados mostram que um número significativo das organizações pesquisadas baseia grande parte da sua ação no trabalho voluntário. Isto reflete o papel do trabalho não remunerado em organizações feministas na América Latina. Também está de acordo com as limitações de recursos enfrentadas pelas organizações feministas em todo o mundo, incluindo a falta de capital humano e apoio financeiro,

³ ParlAmericas, What We Heard: Survey of Caribbean Women's Organisations on their Engagement with Parliaments, 2022: <https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/Report-WhatWeHeard-en.pdf>

bem como a capacidade geral de uma organização administrada por pessoas que têm outras responsabilidades de trabalho remunerado fora de seu ativismo ou responsabilidades feministas (não remuneradas) em tarefas de cuidado. Este problema aumenta se considerarmos que as tarefas de incidência são tarefas que demoram anos e que exigem projetos e esforços de maneira sustentada.

“Temos aliados, mas são poucos. Temos recursos, mas também são poucos para assumirem um trabalho constante e prolongado com o parlamento.”

- Pessoa entrevistada

Portanto, para melhorar a quantidade e a qualidade das contribuições das organizações de mulheres aos processos legislativos, seria aconselhável que os parlamentos reconhecessem essas realidades organizacionais e adaptassem estratégias de participação para facilitar seu envolvimento. Por exemplo, os chamados para reuniões de comissão ou audiências públicas devem ser feitos com antecedência suficiente para serem oportunos e permitirem que as pessoas se organizem em torno de suas múltiplas responsabilidades - remuneradas e não remuneradas. Também devem ser consideradas as diferentes opções de dias e horários que podem ser convenientes para uma ampla participação. Também podem ser estabelecidos mecanismos para participação presencial e on-line, ou síncrona e assíncrona, ou seja, as pessoas podem participar da comissão no momento da comissão ou submeter sua contribuição antecipadamente se não puderem comparecer, e sua contribuição deve ser considerada em pé de igualdade.

“(É necessário a) capacitação de mulheres com deficiências, para conseguir maior participação delas, respeitando a diversidade e (garantindo) acessibilidade nas estratégias de comunicação e no entorno físico.”

- Pessoa entrevistada

O desafio dos parlamentos é propor, promover e implementar mecanismos de participação cidadã com uma lente intersetorial e inclusiva que incorpore estratégias para que todas as vozes, em sua diversidade, possam ser ouvidas e consideradas.

Relação com os parlamentos

Para entender melhor as perspectivas dos representantes de organizações feministas sobre suas experiências anteriores de envolvimento com os parlamentos, a pesquisa lhes pediu para que compartilhassem:

- 1) Seu conhecimento sobre mecanismos de participação cidadã nos parlamentos.
- 2) Seu histórico de experiências de interações com os parlamentos.

Quando consultadas sobre os canais de participação que as pessoas pesquisadas conheciam, 45% (68/153) mencionaram estar cientes de algum mecanismo ou canal para a participação das organizações da sociedade civil no processo legislativo. Em contraste, 55% (85/153) delas não estavam cientes de nenhum mecanismo ou canal que o parlamento tenha estabelecido para promover ou facilitar a participação.

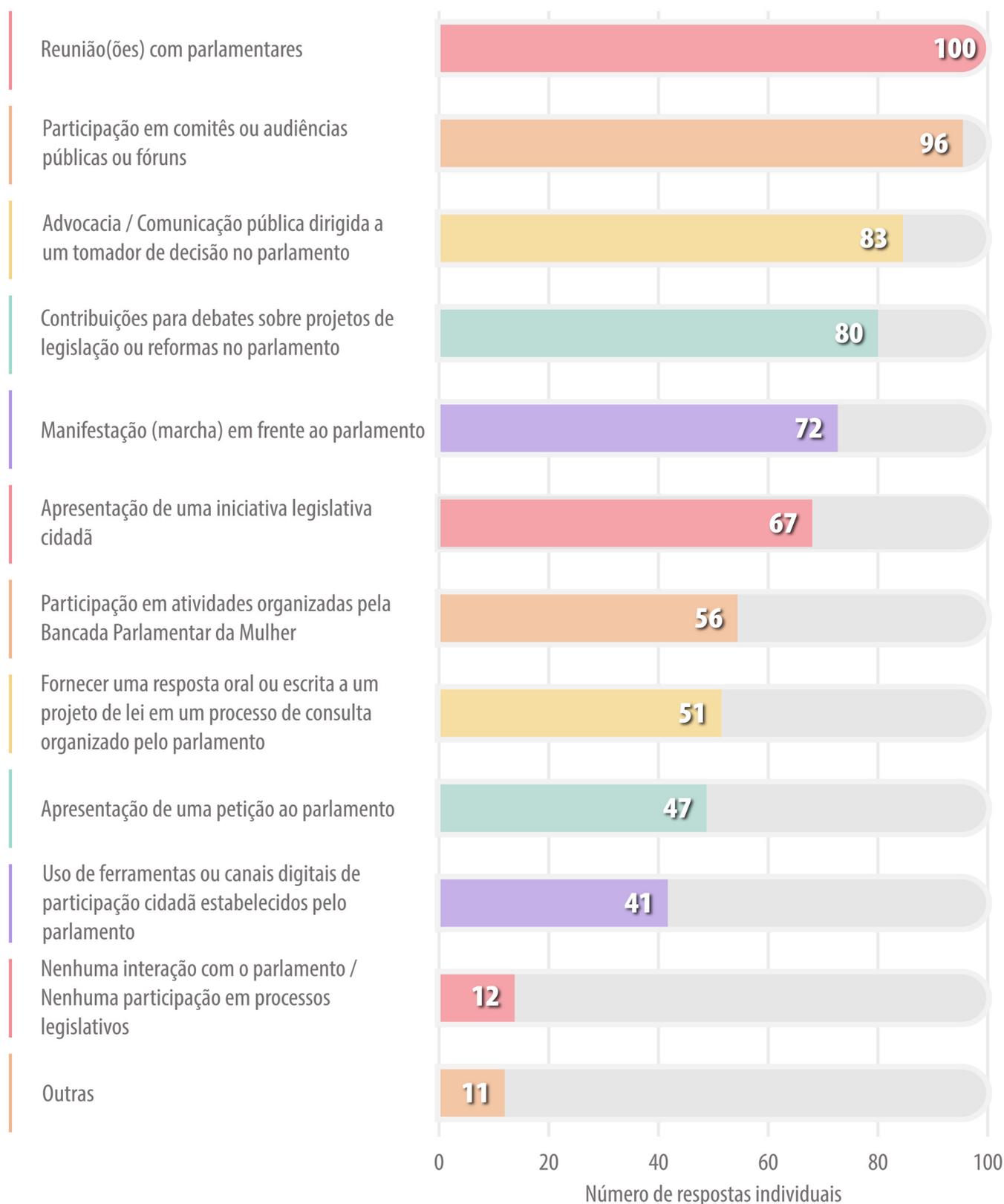
Em seguida, a pesquisa forneceu uma lista de exemplos de práticas de interação com os parlamentos para que as pessoas pesquisadas identificassem aqueles que foram utilizados por suas organizações. Aqui, 65% (100/153) dos entrevistados mencionaram "reuniões com parlamentares" como a forma mais frequentemente utilizada de interação com os parlamentos; aqui vale notar que muitas organizações declararam em suas respostas que conseguiram obter reuniões com parlamentares de relações pré-existentes (por exemplo, com legisladores que tinham antecedentes ativistas ou organizacionais antes de obter um assento em seus parlamentos).

A segunda forma de interação mais frequentemente escolhida foi a "participação em comissões, audiências públicas ou fóruns" com 63% (96/153). Além disso, um fato significativo é que 47% das organizações mencionaram ter participado de manifestações em frente ao parlamento como forma de interação com o poder legislativo. É importante considerar como a visibilidade das questões e organizações na arena pública ganhou terreno nos últimos anos, posicionando as demandas dos movimentos feministas latino-americanos por meio de marchas e protestos, e conseqüentemente alcançando reformas legais relacionadas a vários assuntos, como as leis de paridade, a erradicação da violência, os direitos das populações LGBTQI+ e a agenda dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Finalmente, vale mencionar que apenas 7,84% (12/153) dos entrevistados identificaram não ter utilizado nenhum mecanismo de interação com os parlamentos (ver Figura 4).

Vale mencionar que enquanto 92,16%, ou seja, a grande maioria das pessoas pesquisadas (141/153), identificou alguma forma de interação com os parlamentos, como destacado acima, mais da metade indicou que não estava ciente de nenhum mecanismo formal de engajamento. É provável que a maioria das organizações que afirmaram não terem conhecimento dos mecanismos participativos tenham, de fato, utilizado alguns. Essa aparente contradição sugere que as organizações participam por meio de diferentes canais, formais e informais, mas nem sempre necessariamente reconhecem - ou se consideram plenamente conscientes - os mecanismos institucionais de participação existentes.

Existe uma lacuna interessante que os parlamentos podem abordar como uma área de oportunidade. Os parlamentos poderiam se beneficiar significativamente do fortalecimento de seus mecanismos de participação, bem como da disseminação e promoção dos canais e oportunidades existentes, de modo que todos aqueles que o desejarem possam participar nos diferentes estágios dos processos e funções legislativas em uma base de igualdade de oportunidades, sem depender de laços particulares.

Figura 4. Formas de interação com os parlamentos nacionais



Parlamento Aberto na América Latina: oportunidades e desafios

30% (46/153) das organizações pesquisadas afirmaram que trabalham, de forma complementar às agendas centrais e historicamente ligadas à agenda da igualdade de gênero, em atividades ligadas aos pilares de parlamento aberto (transparência, responsabilidade, participação cidadã e/ou ética) (ver Figura 2). Alguns deles também mencionaram o trabalho articulado com os escritórios encarregados de promoverem a transparência e a participação cidadã nos parlamentos. Isto constitui uma oportunidade que algumas organizações identificaram durante a pesquisa: que a agenda de parlamento aberto deve ter uma lente feminista e servir como um veículo para a expansão de direitos.

Vale mencionar que desde a criação da Aliança para o Governo Aberto (OGP em suas siglas em inglês), há mais de 10 anos, a América Latina tem sido a região líder de ação sob o paradigma de parlamento aberto. Diferentes parlamentos têm avançado na cocriação de planos e compromissos sobre diversos temas, trabalhando em mesas redondas com organizações da sociedade civil. Muitos outros têm promovido outras estratégias e iniciativas ligadas a esses pilares.

Práticas efetivas para interagir com os parlamentos

A pesquisa incluiu perguntas abertas e opcionais, as quais solicitaram às pessoas pesquisadas que compartilhassem boas práticas eficazes em suas interações com os parlamentos. Na análise das respostas, surgem tendências interessantes:

- 1) Diálogos com comissões ou grupos parlamentares de mulheres: vários representantes de organizações indicaram que chegar aos grupos e comissões de mulheres nos parlamentos é uma boa estratégia para promover a integração da perspectiva de gênero na legislação, que é um dos maiores desafios. Estes grupos são geralmente receptivos às demandas das organizações e estão dispostos a ajudá-las no posicionamento de suas demandas e agendas dentro do processo legislativo.
- 2) Participação em debates/alianças com parlamentares: as pessoas entrevistadas destacaram que as reuniões e alianças com parlamentares ajudam muito na proposição e promoção de uma nova legislação sobre igualdade de gênero. Ser ativo nos debates legislativos e fazer contribuições durante o processo também foi mencionado como uma boa prática.
- 3) Trabalho em conjunto com outras organizações da sociedade civil/atores para levar adiante ações de incidência: várias organizações mencionaram a relevância da construção de alianças e redes com outras organizações para a interação com os parlamentos e para uma maior incidência política. Várias pessoas têm argumentado que quando as demandas são feitas coletivamente, as chances de obter melhores resultados aumentam.

- 4) Capacitações com parlamentares e/ou outros atores: algumas organizações relataram a realização de capacitação com diferentes atores parlamentares sobre questões-chave como a integração da perspectiva de gênero ou direitos LGBTIQ+ (incluindo legisladores, assessores, funcionárias/as parlamentares).

“É importante gerar alianças de colaboração com outras organizações feministas e de mulheres, mas também (com outras organizações) da sociedade civil, considerando que as questões de gênero são importantes para toda a sociedade, e não fazem parte de uma agenda isolada.”

- Pessoa pesquisada

Outra questão em aberto procurou entender sobre quais questões estas boas práticas de interação entre as organizações feministas e os parlamentos tinham ocorrido. As respostas mostram que, para aquelas organizações que mencionaram ter interações com os parlamentos, as seguintes áreas de incidências são as mais frequentemente identificadas:

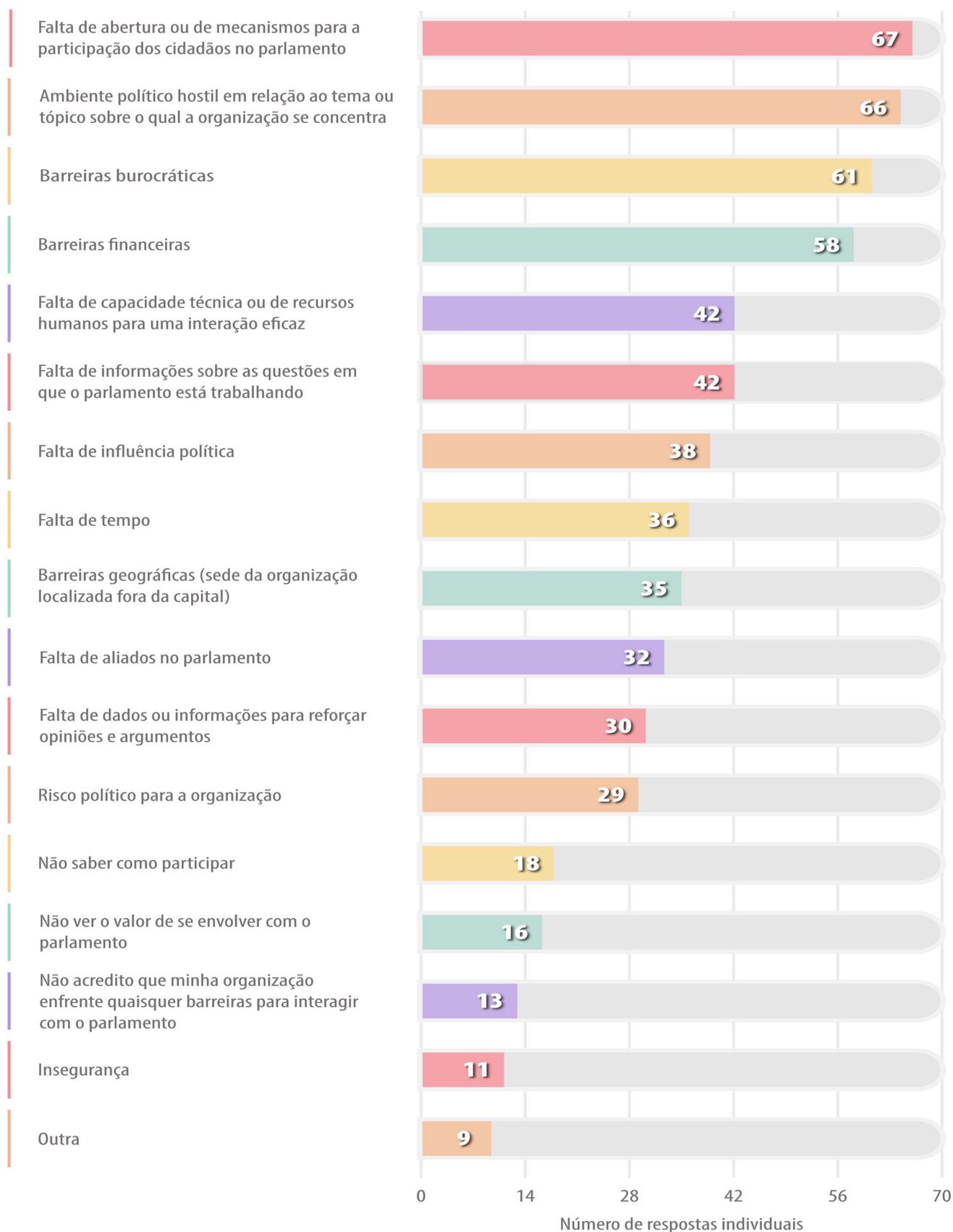
- 1) Violência de gênero
- 2) Direitos sexuais e reprodutivos
- 3) Participação política das mulheres

Outras áreas de incidência também foram mencionadas, incluindo questões relacionadas à transparência, acesso à informação, anticorrupção, direitos LGBTIQ+, trabalho de cuidado, capacitação econômica, acesso à terra e desenvolvimento sustentável, entre outras.

Barreiras à participação

A pesquisa buscou despertar a percepção das pessoas sobre as barreiras que as organizações feministas experimentam na interação ou no engajamento eficaz com os parlamentos (ver Figura 5). Para este fim, foi elaborada uma lista de múltipla escolha da qual as organizações feministas poderiam selecionar as que considerassem relevantes. 44% (67/153) mencionaram que a maior barreira é a falta de abertura ou de mecanismos para a participação da cidadania. Em seguida, 43% (66/153) acrescentou que o ambiente político hostil em relação às questões sobre as quais a organização se concentra é uma barreira, e 40% (61/153) mencionou a existência de barreiras burocráticas.

Figura 5. Barreiras identificadas



Em suas respostas, um grupo de participantes comentou as dificuldades experimentadas pelas organizações feministas em contextos de crise institucional e polarização em certos países, onde a agenda da igualdade de gênero é frequentemente marginalizada e é difícil construir um amplo consenso e vontade política para avançar em seus objetivos. Neste sentido, destacaram como estratégia eficaz nessas circunstâncias o estabelecimento de alianças com outras organizações da sociedade civil, jovens, ativistas e representantes de universidades que trabalham em diversos temas, a fim de fortalecer o debate democrático a partir de uma perspectiva pluralista, com as mulheres e suas agendas no centro.

A pesquisa deu aos participantes a possibilidade de responder a uma pergunta em aberto para fornecerem quaisquer comentários adicionais. Em resposta a esta pergunta, alguns dos participantes destacaram outras questões que representam barreiras para sua participação e engajamento com os parlamentos de seus países. As seguintes questões emergiram de suas respostas:

1

Necessidade de contar com mecanismos que garantam uma participação cidadã diversificada

Várias organizações concordaram que os mecanismos de participação no trabalho legislativo que eles conhecem não são, em sua opinião, suficientemente inclusivos. As pessoas pesquisadas que trabalham com comunidades rurais, povos indígenas, afrodescendentes e mulheres com deficiência afirmaram que a falta de publicidade ou o uso - pelos parlamentos - de canais que não são acessíveis a todas as organizações e indivíduos, reproduz desigualdades e lacunas resultando que estas organizações - e as populações historicamente marginalizadas com as quais trabalham - continuem a estar sub-representadas.

2

Falta de estabilidade no relacionamento com os parlamentos devido a flutuações governamentais

As pessoas pesquisadas mencionaram que o relacionamento com os parlamentos às vezes pode ser difícil devido aos ciclos eleitorais e à mudança na composição dos parlamentos. Aprofundar as questões e dar continuidade às demandas e pedidos muitas vezes envolve "iniciar diálogos do zero" com diferentes atores ao longo dos anos. A este respeito, eles apontam que no momento de mudanças governamentais, dependendo do partido político no poder, a relação com organizações da sociedade civil em geral e com organizações feministas em particular, pode ser afetada, dependendo das agendas e dos contextos.

Desafios específicos para o feminismo em cenários de polarização política

A pesquisa esclareceu os contextos de crise institucional e forte dissidência nos quais algumas organizações trabalham, e nos quais a agenda de gênero muitas vezes não só não é priorizada como também permanece vinculada às lógicas de polarização. Quando perguntados sobre os termos nos quais eles definem o "ambiente político hostil" no qual eles se encontram, eles mencionaram a presença e a ascensão de discursos "antifeministas", "negadores da violência de gênero" e "violentos", e o sentimento em muitos setores de que eles não estão sendo ouvidos. Notavelmente, 19% (29/153) identificaram o risco político potencial para sua organização como uma barreira para sua participação (ver Figura 5).

A urgência das demandas e a oportunidade do parlamento

A partir da análise das respostas de várias pessoas pesquisadas, existe uma clara tensão entre a situação de emergência em que as mulheres se encontram em muitos países (em termos da violência que sofrem, ou da pobreza e desigualdade em que estão imersas, entre outros flagelos) e o tempo que pode levar para que as reformas legislativas - seja devido ao contexto político ou mesmo aos procedimentos parlamentares em geral - demorem algum tempo.

“A verdade é que tivemos acesso (ao parlamento): o problema é que o parlamento não dá seguimento ao que já foi dito. Estamos sempre apresentando as mesmas coisas, as mesas de trabalho não continuam e dependem mais do calor político do que da realidade e das necessidades”

- Pessoa entrevistada

“A polarização política geral invade os espaços para a defesa das leis em favor das mulheres, e se torna uma barreira ao diálogo entre organizações feministas pró-governamentais e de oposição.”

- Pessoa entrevistada

“Entre as e os parlamentares, questões importantes - como a violência digital baseada no gênero - são frequentemente descartadas devido à 'cor' política que o tema tomou em primeiro lugar.”

- Pessoa entrevistada

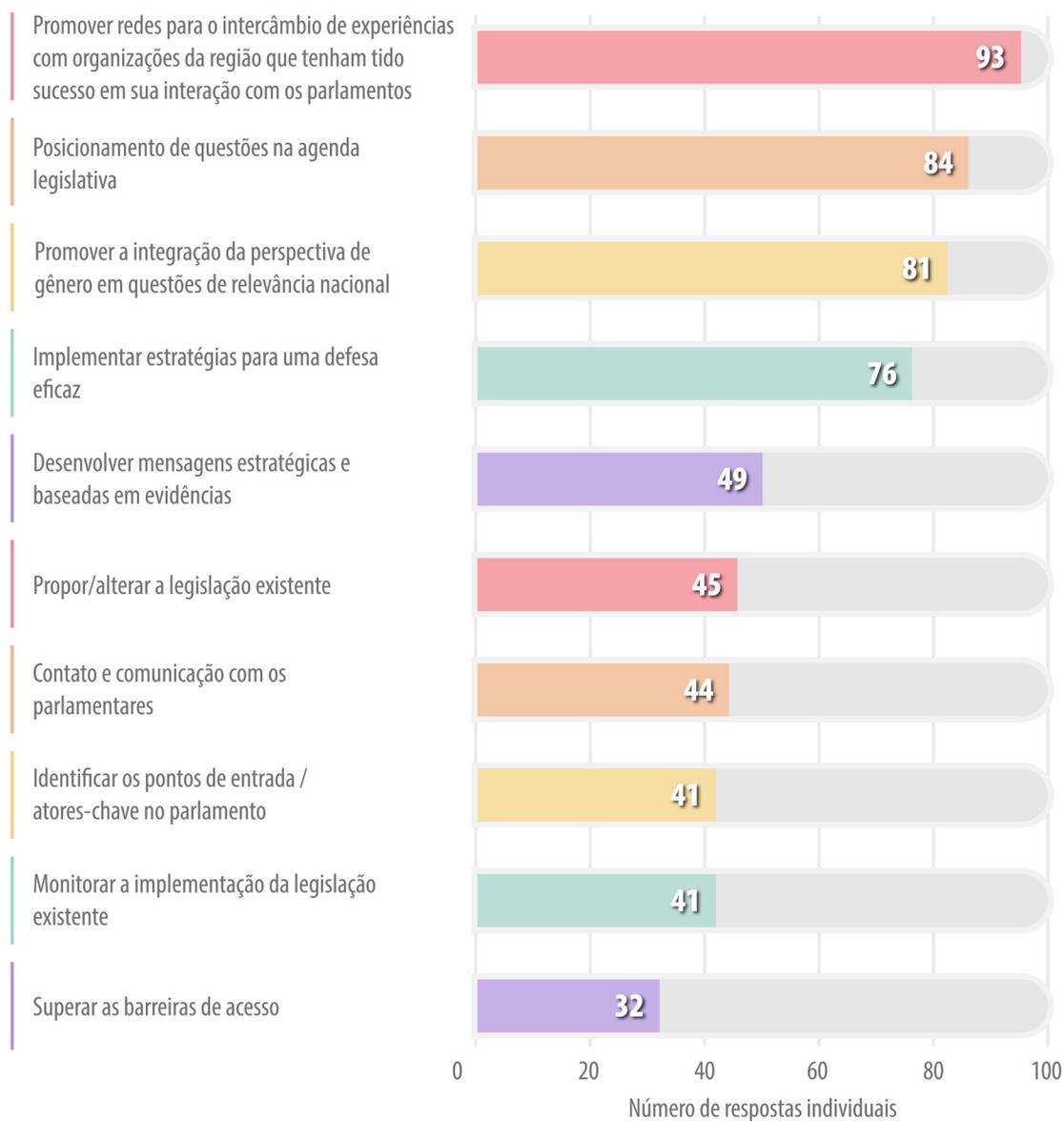
Oportunidades para o futuro

Os resultados da pesquisa serão utilizados na idealização dos projetos, atividades e materiais que o ParlAmericas desenvolverá especificamente para as organizações feministas latino-americanas, a fim de fortalecer sua interação efetiva com o parlamento. O desenvolvimento de workshops e materiais de capacitação direcionados a essas organizações responderá às áreas de interesse identificadas pelos entrevistados, conforme apresentado no final do questionário (ver Figura 6, próxima página):

- 1) Desenvolver redes de trabalho para a troca de experiências com organizações da região que obtiveram sucesso em sua interação com parlamentos
- 2) Posicionar temas na agenda legislativa
- 3) Promover a incorporação da perspectiva de gênero em temas de relevância nacional

Complementarmente, as valiosas experiências das organizações e as informações que o ParlAmericas continuará a reunir por meio de consultas, diálogos e outras atividades fornecerão contribuições essenciais que enriquecerão nosso trabalho com os parlamentos de forma a melhor refletir as necessidades e expectativas das organizações de mulheres sobre questões relacionadas à igualdade de gênero e abertura legislativa.

Figura 6. Interesses mencionados em atividades de treinamento



Agradecimientos

O ParlAmericas estende seus agradecimentos a todos os envolvidos no processo de coleta de dados. Agradecemos também às organizações e agências regionais e instituições parceiras por seu apoio na divulgação da pesquisa. Nossos sinceros agradecimentos às pessoas pesquisadas por terem dedicado o seu tempo para completarem a pesquisa.



ANEXO

Questionario (em espanhol)



Consulta com organizações de mulheres na América Latina sobre a sua relação com os parlamentos

O ParlAmericas está realizando um novo projeto na América Latina que visa fortalecer os canais de participação das organizações de mulheres nos processos legislativos e posicionar as necessidades das mulheres e das populações marginalizadas na agenda legislativa. Para que este projeto se desenvolva efetivamente, esperamos enriquecê-lo com as ideias e experiências das organizações de mulheres da região.

São aproximadamente 5 minutos para responder este pequeno questionário.

Agradecemos antecipadamente seu tempo e sua contribuição a este projeto.

Sobre o ParlAmericas:

O ParlAmericas é a instituição que trabalha com os parlamentos nacionais nas Américas e no Caribe. Facilitamos o intercâmbio de boas práticas legislativas e promovemos o diálogo cooperativo entre os parlamentares e a sociedade civil em toda a região. Uma parte importante do trabalho do ParlAmericas é a integração do gênero no trabalho parlamentar e a promoção do empoderamento político das mulheres.

Por favor, visite nosso website e mídias sociais para obter mais informações:

Sítio web - www.parlamericas.org

Twitter - www.twitter.com/ParlAmericas

Facebook - www.facebook.com/ParlAmericas

YouTube - www.youtube.com/ParlAmericas

Objetivos e instruções

O objetivo desta pesquisa é coletar dados para informar nosso trabalho nos próximos anos, especificamente no que diz respeito à promoção do acesso das organizações de mulheres aos processos legislativos.

A pesquisa foi projetada para coletar dados da perspectiva da organização à qual você pertence, mas também inclui algumas perguntas sobre suas percepções pessoais.

As informações fornecidas serão mantidas confidencialmente e não lhe serão vinculadas individualmente ou a sua organização em nenhum material publicado.

Se é um membro ativo de várias organizações que operam na América Latina, selecione uma delas para referência ao responder as perguntas da pesquisa. Também aceitamos respostas separadas de diferentes indivíduos dentro de uma mesma organização.

Finalmente, por favor, compartilhe esta pesquisa com suas redes profissionais de organizações de mulheres, se achar apropriado.

Link para compartilhar o formulário: <https://forms.gle/9uXJVryjcgJ3yXew9>



Informação de contato

Observe que compartilhar suas informações de contato é opcional, mas gostaríamos que pudesse fornecer o máximo de informações possíveis, incluindo seu papel na organização. Isto nos ajudará a identificar tendências nos resultados da pesquisa e nos permitirá fornecer informações sobre oportunidades de colaboração, incluindo oportunidades de treinamento relevantes.

Nome(s)

Sua resposta

Sobrenome(s)

Sua resposta

Gênero

Sua resposta

Correio eletrônico

Sua resposta

Número telefônico (por favor, inclua o código do país)

Sua resposta

Nome da sua organização *

Sua resposta

Papel ou cargo dentro da organização

Sua resposta

Perfil da organização

Quando foi fundada sua organização?

- Antes de 1990
- 1990-1994
- 1995-1999
- 2000-2004
- 2005-2009
- 2010-2014
- 2014-2019
- 2019-2022

Em que país ou países trabalha sua organização? *

- | | |
|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Argentina | <input type="checkbox"/> México |
| <input type="checkbox"/> Bolívia | <input type="checkbox"/> Nicarágua |
| <input type="checkbox"/> Brasil | <input type="checkbox"/> Panamá |
| <input type="checkbox"/> Chile | <input type="checkbox"/> Paraguai |
| <input type="checkbox"/> Colômbia | <input type="checkbox"/> Peru |
| <input type="checkbox"/> Costa Rica | <input type="checkbox"/> República Dominicana |
| <input type="checkbox"/> Cuba | <input type="checkbox"/> Uruguai |
| <input type="checkbox"/> Equador | <input type="checkbox"/> Venezuela |
| <input type="checkbox"/> El Salvador | <input type="checkbox"/> REGIONAL (América Latina) |
| <input type="checkbox"/> Guatemala | <input type="checkbox"/> INTERNACIONAL |
| <input type="checkbox"/> Honduras | |

Sua organização desenvolve seu trabalho principalmente em áreas:

- Urbanas
- Rurais
- Ambas

Poderia incluir a localidade ou localidades (por exemplo, estado, cidade ou município, etc.) nas que trabalha a sua organização?

Sua resposta

Correio eletrônico da organização (geral)

Sua resposta

Número telefônico (fixo ou celular) da organização (geral)

Sua resposta

As atividades diárias da organização são implementadas por:

- Empregadas(os)
- Voluntárias(os)
- Uma combinação de empregadas(os) e voluntárias(os)

Que atividades são as que mais implementa sua organização? Selecione todas as que sejam aplicadas.*

- Prestação de serviços / programas de capacitação
- Sensibilização / educação
- Investigação
- Incidência política
- Outra

Quais são os assuntos nos quais se enfoca o trabalho da sua organização? Selecione todos os que sejam aplicados. *

- Violência contra as mulheres / violência de gênero / violência política / violência doméstica
- Liderança de mulheres
- Participação política de mulher
- Empoderamento econômico da mulher
- Direitos sexuais e reprodutivos
- Direitos LGBTIQ+
- Proteção ambiental / mudança climática / desenvolvimento sustentável
- Empoderamento juvenil / direitos das meninas e dos meninos
- Participação cidadã, prestação de contas, transparência e/ou ética
- Sindicatos de trabalhadoras(es) / Redes de negócios
- Outro

Relação com os parlamentos

Esta seção final nos fornecerá informações sobre a relação das organizações de mulheres na América Latina com os parlamentos nacionais (por exemplo, Congresso, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, etc.). Por favor, responda de acordo com seus conhecimentos. Não há respostas certas ou erradas.

Conhece algum mecanismo ou canal que tenha sido estabelecido pelo parlamento de seu país para promover ou facilitar a participação das organizações da sociedade civil nos processos legislativos?

Sim

Não

Em caso afirmativo, favor mencionar os mecanismos ou canais que você conhece para promover ou facilitar a participação das organizações da sociedade civil nos processos legislativos:

Sua resposta

A seguir estão algumas formas pelas quais sua organização pode ter interagido com o parlamento ou participado de um processo legislativo antes. Por favor, selecione as que sejam aplicadas: *

- Reunião(ões) com parlamentares
- Apresentação de uma iniciativa legislativa de origem cidadã
- Participação em comissões ou em audiências públicas ou fóruns
- Participação em atividades organizadas pela bancada de mulheres parlamentares
- Apresentação de uma solicitação ao parlamento (por exemplo, direito de petição, solicitação de informação, credenciamento para entrar no parlamento)
- Resposta verbal ou escrita a um projeto de lei em um processo de consulta organizado pelo parlamento
- Contribuições para debates sobre projetos de legislação ou reformas no parlamento
- Manifestação em frente ao parlamento
- Incidência política / Comunicação pública dirigida a uma pessoa com poder de decisão dentro do parlamento

- Uso de ferramentas ou canais digitais para a participação cidadã estabelecidos pelo parlamento
- Nenhuma interação com o parlamento / Nenhuma participação em processos legislativos
- Outras

Se selecionou "outras", por favor, mencione-as:

Sua resposta

Se for o caso, favor listar os tópicos ou questões sobre os quais sua organização interagiu com o parlamento ou parlamentares e os anos em que essas interações ocorreram.

Sua resposta

Sua organização tem alguma boa prática de envolvimento com o parlamento ou parlamentares que gostaria de compartilhar com outras organizações ou que poderia ser destacada como um estudo de caso? Em caso afirmativo, por favor, descreva brevemente:

Sua resposta

Em sua opinião, quais são as principais barreiras que sua organização enfrenta para participar dos processos parlamentares ou acessar as e os parlamentares? Por favor, selecione todas as que se sejam aplicadas.

- Não sei (sabemos) como participar(mos)
- Não tenho (temos) aliados no parlamento
- Não sei o valor de interagir(mos) com o parlamento
- Falta de tempo
- Falta de influência política
- Falta de capacidade técnica ou de recursos humanos para um engajamento eficaz
- Falta de abertura ou de mecanismos para a participação cidadã no parlamento
- Barreiras geográficas (sede organizacional localizada fora da capital)
- Falta de informação sobre as questões sobre as quais o parlamento trabalha

- Barreiras burocráticas
- Barreiras financeiras
- Ambiente político hostil em relação ao tema ou questão que a organização está focando
- Risco político para a organização
- Insegurança
- Falta de dados ou informações para reforçarem opiniões e argumentos
- Não acredito que minha organização enfrente quaisquer barreiras para interagir com o parlamento
- Outras

Se você selecionou "outras", por favor, mencione-as:

Sua resposta

Sua organização se beneficiaria de atividades de treinamento ou compartilhamento de conhecimentos em qualquer uma das seguintes áreas? Favor selecionar um máximo de 3.

- Identificação dos pontos de entrada / atores-chave no parlamento
- Superar as barreiras de acesso
- Contato e comunicação com os parlamentares
- Promover o trabalho em rede para trocar experiências com organizações da região que tenham tido êxito na interação com os parlamentos
- Incluir temas na agenda legislativa
- Desenvolver mensagens estratégicas e baseadas em evidências
- Implementar estratégias para uma incidência política eficaz
- Propor / alterar a legislação existente
- Monitorar a implementação da legislação existente
- Promover a integração da perspectiva de gênero em questões de relevância nacional

Há algo mais que gostaria de compartilhar sobre suas impressões e experiências sobre a interação entre as organizações da sociedade civil e o parlamento ou sobre os mecanismos e canais de participação nos processos legislativos?

Sua resposta

O Secretariado Internacional do ParlAmericas pode entrar em contato com você para uma breve ligação sobre estas questões?

Sim

Não

Número de telefone e/ou correio eletrônico para agendar a ligação
(se não os compartilhou antes)

Sua resposta



Secretaria Internacional do ParlAmericas
703 - 155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá
Telefone: + 1 (613) 947-8999
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

